Moraes prorroga inquérito das milícias digitais

Decisão atende a pedido da PF e aproxima conclusão de investigação pelo STF para as vésperas da eleição deste ano

PEPITA ORTEGA **FAUSTO MACEDO**

Logo após a divulgação da rodada de depoimentos que abasteceram a investigação sobre suposta trama de golpe de Es-tado pelo governo Jair Bolsonaro, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu ontem por mais seis meses o inquérito que investiga a atuação das milícias digitais. A decisão atende a um pedido da Polícia Federal e estica a apuração até setembro, perto das eleições municipais.

O novo prazo de Moraes à PF expira em 13 de setembro, a apenas cerca de 20 dias do pleito em todos os municípios do País, opondo mais uma vez bolsonaristas e petistas na grande corrida pelas prefeituras, especialmente as das capitais onde o pleito é mais acirrado - ainda mais em um ano em que a polarização segue intensa.

O inquérito concentra os principais achados da PF sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados. Foi nesta investigação que o ex-ajudante de ordens da Presidência, o

Ministro é sorteado como relator do caso Marielle no Supremo

Agora no Supremo Tribunal Federal (STF), as investigações dos assassinatos da vereadora Marielle Franco (P-SOL-RJ) e do motorista Anderson Gomes, ocorridos há seis anos no Rio, terão como relator o ministro Alexandre de Moraes. Ele foi escolhido em sorteio realizado entre os cinco integrantes da Primeira Turma após o caso ser transferido do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para a Corte máxima

A mudança de tribunal se

deu por causa de novas provas que indicam suposta participação de uma pessoa com foro privilegiado na Corte. Por lei, inquéritos que envolvem autoridades como presidente, vice-presidente, ministros de Estado, senadores, deputados federais, integrantes dos tribunais superiores, do Tribunal de Contas da União e embaixadores devem ser julgados diretamente pelo Supremo.

Como o conselheiro do Fribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE) Domingos Inácio Brazão estava na lista de suspeitos dos investigadores, o caso tramitava no STJ. • Julia camim

tenente-coronel Mauro Cid, fechou acordo de delação premiada, colocando o ex-chefe do Executivo na mira de três braços de apuração: o das joias sauditas, o da suposta fraude na carteira de vacinação contra a covid-19 de Bolsonaro e o da possível tentativa de golpe de Estado.

SEGUNDA PRORROGAÇÃO. Trata-se da segunda prorrogação do inquérito em 2024. Em janeiro, Moraes já havia atendido a um pedido da PF e estendido as investigações por mais 90 dias. Agora, assim como fez na época, o ministro do Supremo assinala a necessidade de conclusão de diligências que ainda estão pendentes. •

LEILÃO ONLINE DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA SALA COMERCIAL ÁREA PRIVATIVA DE 61,200M² 1 VAGA DE GARAGEM EM SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP **DESOCUPADO** LOCALIZADO NA RUA JOSÉ VERSLATO, Nº 111 **ENTRE AS AVENIDAS PEREIRA** BARRETO E SENADOR VERGUEIRO. LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA EM **REGIÃO COM AMPLA** INFRAESTRUTURA, COM ESCOLAS, HOSPITAIS, MERCADOS E PARQUES NAS REDONDEZAS. 1ª PRAÇA: 25/03 ÀS 13H00 LANCE R\$462.818,01 2ª PRAÇA: 01/04 ÀS 13H00 LANCE R\$751.172,74

Ex-deputado que sugeriu eleição 'na bala' é condenado

confirmou nesta semana a condenação do ex-deputado estadual e atual suplente de depu-

O Tribunal Superior Eleitoral tado federal Delegado Cavalcante (PL-CE) à inelegibilida-

Os ministros da Corte enten-

deram que ele incitou a violência contra o resultado eleitoral e disseminou informações falsas sobre as urnas eletrônicas,

em discurso feito no dia 7 de setembro de 2022. "Se a gente não ganhar nas urnas, se eles roubarem nas urnas, vamos ganhar na bala", disse o apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em Fortaleza.

Ele prosseguiu: "Não vamos

aceitar que as urnas deem vitória pra quem não presta".

O ex-deputado já havia sido condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Procurada, a defesa de Cavalcante afirmou que a decisão da Justiça Eleitoral será cumprida. •